

GDF QUER ENCERRAR DE VEZ A POLÊMICA DA ABERTURA DO COMÉRCIO AOS DOMINGOS

CONFRONTO FINAL

DF-Comércio
006
Reportagem 0054

Flávia Filipini

Da equipe do Correio

A Câmara Legislativa do Distrito Federal votará nesta quarta-feira o projeto de lei que torna livre o horário de funcionamento do comércio do DF aos domingos — uma reivindicação antiga dos comerciantes. Com sua aprovação, o governador Joaquim Roriz espera criar condições para “aliviar sensivelmente o índice de desemprego no DF e trazer mais comodidade à população”.

A intenção do governo é pôr um ponto final numa polêmica que dura sete anos. Pesquisa feita pelo Ibope a pedido dos shoppings constatou que 77% dos moradores do Plano Piloto gostariam de ver o comércio aberto aos domingos. O dia é apontado, inclusive, como o segundo em faturamento das lojas, perdendo apenas para o sábado.

Os comerciários ameaçam encher a Câmara para protestar contra o projeto. Eles tentam defender os direitos conquistados com a Lei Magela, aprovada no início do ano. Essa lei prevê que o funcionamento do comércio nesse dia seja acordado entre patrões e empregados, sendo respeitados os acordos em convenções coletivas.

Mas se a nova lei for aprova-

Edson Gês



Movimento dominical: brasilienses aproveitam a folga para comprar

da, e o domingo tratado com um dia útil, os empregados não têm como fazer exigências aos seus patrões na próxima convenção, em outubro. “Perdemos todos os direitos adquiridos aos domingos. Ficaremos sem horas extras, sem vales gratuitos, sem nada, porque a nova lei não obriga o patrão a negociar. Basicamente, só discutiremos o salário-base”, reclama a presidente do sindicato dos comerciários do DF, Geralda Godinho.

De quebra, Geralda ainda ataca a principal intenção do governo com a proposta: a diminuição do desemprego. “Com essa lei não vai mudar nada. Ninguém será obrigado a contratar”, reclama. A sindicalista lembra que no último termo de compromisso fechado, o de julho, os patrões seriam obrigados a aumentar o quadro de funcionários em 20%.

Essa nova lei não se refere ao assunto. Os patrões terão que dar folga aos empregados na

FUNCIONAMENTO AOS DOMINGOS

COMO É:

O Sindicato dos Comerciários fecha acordos individuais com os lojistas. No mínimo, os empregados recebem: hora extra (50%), vale transporte gratuito, ticket alimentação no valor de R\$ 4 também gratuito, comissão mínima de R\$ 10, máximo de 6 horas de carga horária e de dois domingos trabalhados por mês, além de folga antecipada. Desde de julho o sindicato vem incluindo nos acordos a obrigatoriedade dos patrões aumentarem em 20% o quadro de funcionários. O objetivo dessa última medida, respaldada inclusive pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do GDF, é aumentar o mercado de trabalho por meio dos rodízios dos funcionários em suas folgas.

COMO FICARÁ, CASO A NOVA LEI SEJA APROVADA.

O horário de funcionamento do comércio aos domingos será livre. O dia será tratado como outro qualquer da semana. A lei não torna necessário o acordo entre os sindicatos laborais e patronais. Os comerciários, então, não têm como exigir a continuidade das conquistas adquiridas (hora extra, comissão mínima etc.). Para essa categoria, a medida também não assegura que novos trabalhadores sejam contratados, embora, segundo o governo, esse seja o objetivo da liberação. Para a Federação do Comércio, que sugeriu o projeto de lei, o não-pagamento de horas extras levarão os empresários a fazer novas contratações.

semana, mas para Geralda isso não basta. “Eles vão fazer rodízio nas folgas dos empregados e funcionar com menos gente no dia que um estiver folgando”, explica.

Tem até empresário reconhecendo que Geralda está certa nesse ponto. As vendas no DF este ano apresentam uma queda acumulada de 19,9%. A situação não deve melhorar até dezembro, ou no máximo, final de novembro, com o pagamento da primeira parcela do 13º salário.

Mas as vendas voltariam a cair no primeiro semestre do ano que vem. Para que, então, os lojistas iriam contratar mais gente, a não ser para atender o movimento de dezembro?

“Realmente essa nova lei não garante em nada que o desemprego vai diminuir nesse setor”, afirma o presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista), Wlanir Santana. O empresário, porém, afirma que, em nome da categoria, defende a aprovação da proposta.

No dia em que a Federação do Comércio do DF (Fecomércio) enviou a proposta de lei ao governador, os sindicatos dos comerciantes e comerciários apressaram o fechamento de um termo de compromisso coletivo, que previa a abertura das lojas em todos os domingos, deste e do próximo ano, sendo respeitado algumas conquistas dos empregados: hora extra de 50%, vale transporte gratuito, comissão mínima de R\$ 10 etc.. E ainda tornava obrigatória a contratação de mais 20% de funcionários, por parte dos lojistas.

Dois dias depois os comerciários voltaram atrás, alegando que só assinaram o compromisso porque estavam com medo de perder os direitos com a aprovação da nova lei. Com o aval do Ministério Público, o sindicato, então, continuou o que vinha fazendo: fechando acordos individuais com os lojistas, garantindo os mesmos direitos e obrigações de ambas as partes.

A solução, porém, não pareceu definitiva para o governador, que vem sofrendo pressões dos empresários. Na última sexta-feira o projeto foi enviado para votação na Câmara. Só não foi votado porque a oposição, numa estratégia, esvaziou o plenário.